



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular

**DOCUMENTO ORIENTADOR
PARA ELABORAÇÃO DE PPC
– PROJETO PEDAGÓGICO
DE CURSO**

FORTALEZA

FEVEREIRO – 2018 (Edição original)

ABRIL – 2022 (Edição revista e atualizada)

JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE
Reitor

JOSÉ GLAUCO LOBO FILHO
Vice-Reitor

ANA PAULA DE MEDEIROS RIBEIRO
Pró-Reitora de Graduação

SIMONE DA SILVEIRA SÁ BORGES
Pró-Reitora Adjunta

ALINE BATISTA DE ANDRADE
Coordenadora da Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular –
COPAC

ALINE BATISTA DE ANDRADE
AMANDA BENEVIDES
DEYSIELE BEZERRA ROCHA
VIRGÍNIA MOURA GARCIA OLIVEIRA
Servidoras Técnico-Administrativas da COPAC

PALAVRAS INICIAIS

O **Projeto Pedagógico** de um Curso de graduação é o documento que expressa a sua identidade. Tem como finalidade precípua apresentar à comunidade acadêmica como o Curso se caracteriza e se organiza em função de suas escolhas e percursos para contribuir na formação profissional que se propõe a oferecer aos seus discentes. Por ser um mecanismo de muita importância, sua elaboração ou reformulação exige que se estabeleçam alguns pontos de partida e de esclarecimentos para que possa culminar em um documento que atenda as seus legítimos propósitos.

A necessidade de ser constantemente revisto e reformulado advém da própria dinamicidade inerente aos objetivos do Curso. As demandas da sociedade por profissionais com formação cada vez mais sólida e com habilidades múltiplas para lidar com os avanços da tecnologia e com os desafios das relações interpessoais, as constantes atualizações da legislação educacional e dos mecanismos de avaliação institucional, bem como os seus resultados são os grandes motivadores de uma constante e sistemática revisão e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

Sobre esse último aspecto, vale ressaltar que o PPC é um documento essencial na avaliação dos cursos. Muitas das informações exigidas como indicadores de avaliação estão presentes nesse documento. Um PPC bem elaborado e atualizado é um excelente cartão de visita, bem como é elemento que contribui para que o Curso alcance seus objetivos.

A elaboração ou a reformulação do PPC requer um envolvimento muito sintonizado de toda comunidade acadêmica do curso: professores, estudantes, coordenadores e membros do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante – NDE. Quanto mais participativo e democrático for esse processo, maiores as possibilidades de o PPC culminar em um documento que reflita a real identidade do Curso.

A Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular – COPAC, da Pró-Reitoria de Graduação, dentre outras atribuições, tem a tarefa de orientar e acompanhar as coordenações de cursos no processo de elaboração e de reformulação do PPC e, para isso, elaborou este documento, a fim de auxiliar na organização e nas discussões sobre a estrutura do Projeto Pedagógico.

Além desse material, existe um acervo de documentos orientadores e legais disponíveis no site da PROGRAD/COPAC e um canal de atendimento aos cursos diretamente no setor, momento em que

se podem esclarecer dúvidas, solicitar encaminhamentos e agendar atendimentos presenciais ou reuniões mais específicas.

Vale ressaltar que o trabalho de acompanhamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFC, desenvolvido pela COPAC, tem se dado de maneira bastante articulada com o trabalho realizado pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Ações Acadêmicas - COPAV. As informações gerenciadas pela COPAV sobre os processos avaliativos dos cursos são compartilhadas com a COPAC, a fim de se estabelecer uma melhor sistemática de acompanhamento das necessidades dos cursos no que se refere à atualização dos seus projetos pedagógicos.

Por fim, reiteramos a completa disponibilidade da PROGRAD/COPAC em auxiliar os cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará no desafio de manter o PPC como um documento atual que possa atender, da forma mais plena possível, as expectativas acadêmicas e institucionais.

Ana Paula de Medeiros Ribeiro
Pró-Reitora de Graduação da UFC

Aspectos gráficos gerais - o *layout* do PPC

Sabe-se que a **apresentação gráfica** de um documento é muito importante. A forma como ele se organiza internamente e se apresenta na forma digital ou impressa pode causar impactos positivos ou negativos no leitor.

Pensando em ajudar a obter uma melhor definição gráfica para o PPC, elaboramos orientações, na sequência deste arquivo, que vão facilitar na organização dos conteúdos e gerar uma boa apresentação do todo.

Tal iniciativa visa, também, otimizar os processos de avaliação do PPC pela PROGRAD/COPAC e pelo MEC, uma vez que, estando as informações dispostas de forma correta, facilitará sua localização e avaliação.

Documentos necessários para a elaboração ou reformulação do PPC

Há muitos **documentos** que são necessários para essa atividade. Alguns de ordem geral e outros que são específicos de cada curso.

Dentre os prioritários da primeira categoria, estão o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFC, Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação – IACG (MEC/INEP, 2017), Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Bacharelados ou Licenciaturas), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, dentre outros.

Dos específicos de cada curso, destacam-se: as Diretrizes Curriculares Nacionais (específicas de cada curso, quando houver), Relatório de autoavaliação institucional, Relatórios de resultados da avaliação do MEC (IACG e ENADE, quando houver), Relatórios da Secretaria de Governança da UFC etc. Para os cursos da área da saúde, é indispensável considerar a Lei do Programa Mais Médicos.

Os documentos internos da UFC – Regimento Geral, Estatuto, Portarias, Resoluções - que dispõem sobre os cursos de graduação também são imprescindíveis.

No Anexo 1 deste documento há a indicação de lista com a documentação a ser considerada na elaboração ou reformulação do PPC.

Informações adicionais estão disponíveis nos documentos de orientação da COPAC, em destaque: “**Projeto Pedagógico de Curso e Componentes Curriculares**” e “**Solicitações à COPAC e Processos no SEI**”, dentre outros (acesso nos *links* do endereço eletrônico <https://prograd.ufc.br/pt/documentos-e-formularios/documentos-da-copac-coordenadoria-de-projetos-e-acompanhamento-curricular/>).

Revisão do texto do PPC

É muito importante que o texto do PPC contemple as características de formação do curso e todos os aspectos passíveis de avaliação pelo MEC, e que esteja escrito obedecendo à norma padrão da Língua Portuguesa.

Para auxiliar os membros de NDE – Núcleo Docente Estruturante, elaboramos também um [Checklist para PPC](#) (disponível no site da COPAC), para ser acompanhado pela equipe de elaboração no momento da revisão/atualização do seu PPC, juntamente com este documento orientador, checando os elementos já atendidos ou a serem providenciados.

Quanto à parte vernacular, é muito recomendado que o PPC passe por um revisor para evitar que o texto seja enviado (e, futuramente, **publicado**) contendo erros de digitação, ortográficos e sintáticos.

Quanto mais próximo do ideal o texto do PPC estiver no momento da avaliação feita pela PROGRAD/COPAC, mais agilidade teremos em elaborar o parecer técnico-pedagógico, otimizando o tempo e agilizando a tramitação do processo para deliberação final da Câmara de Graduação/ CEPE.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

SUGESTÃO DE MODELO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

NOME DO CENTRO, *CAMPUS*, INSTITUTO OU FACULDADE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE **NOME DO CURSO**

LOCAL

ANO

Página de expediente

Colocar os nomes dos ocupantes dos cargos/funções abaixo relacionados

Reitor(a)

Vice-Reitor(a)

Pró-Reitor(a) de Graduação

Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Graduação

Coordenador(a) da COPAC

Diretor(a) do Centro, *Campus*, Instituto ou Faculdade

Vice-diretor(a)

Coordenador(a) de Programas Acadêmicos

Coordenador(a) do Curso de Graduação

Vice-Coordenador(a)

Membros do Colegiado do Curso de Graduação

Membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE

Comissão de elaboração

SUMÁRIO

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. HISTÓRICO DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**
- 3. HISTÓRICO DO CURSO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**
- 4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**
 - 4.1 Nome do curso de graduação
 - 4.2 Grau acadêmico do curso
 - 4.3 Modalidade do curso
 - 4.4 Carga horária total
 - 4.5 Duração do curso
 - 4.6 Regime do curso
 - 4.7 Turnos previstos
 - 4.8 Ano e semestre de início de funcionamento do curso
 - 4.9 Ato de autorização
 - 4.10 Número de vagas oferecidas por semestre/ano
 - 4.11 Processo de ingresso
 - 4.12 Titulação conferida em diplomas
- 5. PRINCÍPIOS NORTEADORES**
- 6. OBJETIVOS DO CURSO**
- 7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**
- 8. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL**
- 9. ESTRUTURA CURRICULAR**
 - 9.1 Conteúdos curriculares
 - 9.2 Unidades curriculares, respectivos componentes curriculares e unidades acadêmicas de oferta
 - 9.3 Integralização curricular
 - 9.4 Ementário e bibliografias
- 10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**
- 11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**
- 12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**
- 13. EXTENSÃO**
- 14. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO (para as licenciaturas e áreas da saúde) / ATIVIDADES DE TUTORIA**
- 15. METODOLOGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM**
- 16. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**
- 17. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO**
- 18. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO**

- 18.1 Coordenação do Curso
- 18.2 Colegiado do Curso
- 18.3 Núcleo Docente Estruturante - NDE
- 18.4 Integração com as redes públicas de ensino/Integração do curso com o sistema local e regional de saúde-SUS
- 18.5 Apoio ao discente
- 18.6 Gestão do curso e com base nos processos de avaliação interna e externa

19.INFRAESTRUTURA DO CURSO

20.REFERÊNCIAS

21.ANEXOS

1 APRESENTAÇÃO

Escreva alguns parágrafos com a finalidade de apresentar o documento ao público em geral e, em especial, aquele para o qual se dirige, ou seja, à comunidade acadêmica. Deve conter uma síntese da finalidade e da organização do Projeto Pedagógico. É importante mencionar a fundamentação legal que o subsidiou (Leis, Pareceres, Resoluções, etc.), bem como o percurso de sua elaboração, sobretudo, se foi fruto de um trabalho participativo e democrático.

2. HISTÓRICO DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Essa parte é reservada ao histórico da UFC. No Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e no site da instituição (assim como no anuário estatístico) podem ser encontradas informações relevantes para a construção desse texto. É muito importante enfatizar como a UFC vem atendendo, a partir de suas ações educacionais, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. As políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa constantes no PDI devem ser mencionadas e reforçada a sua articulação com o Projeto Pedagógico do Curso. É imprescindível a leitura do PDI para a elaboração dessa parte. Um texto escrito de forma que ressalte esses aspectos ajudará a contemplar o que requer o *Indicador 1.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso*, da *Dimensão 1 – Organização didático-pedagógica*, do IACG.

3. HISTÓRICO DO CURSO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Aqui, é necessário descrever a história do Curso, ressaltando sua criação, as datas marcantes de sua trajetória, à qual unidade está vinculado e, também, descrevê-la sucintamente. É muito importante mencionar a relevância do Curso para a instituição e como ele está articulado às políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI. Um texto escrito de forma que ressalte esses aspectos ajudará a contemplar o que requer o *Indicador 1.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso* da *Dimensão 1 – Organização didático-pedagógica*, do IACG.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que já nesta primeira parte seja exposta, no texto, a articulação que o Curso tem com as políticas institucionais definidas no PDI. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão. (Indicador 1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso – IACG, 2017).

4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

4.1 Nome do curso

4.2 Grau acadêmico do curso - Bacharelado/ Licenciatura/ Tecnologia

4.3 Modalidade do curso – Presencial / A distância

4.4 Carga horária total – conforme diretrizes do MEC (quando houver)

4.5 Duração do curso – integralização mínima em X anos (mencionar períodos e a duração deles) e máxima em Y anos (mencionar períodos e a duração deles)

4.6 Regime do curso – semestral ou anual

4.7 Turnos previstos para ofertas – observado o item 9 do *Anexo da Portaria MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017*

4.8 Ano e semestre de início de funcionamento do curso

4.9 Ato de Autorização – mencionar o documento ou similar que criou o curso (Resolução)

4.10 Número de vagas oferecidas por semestre/ano

4.11 Processo de ingresso - Descrever o processo de ingresso dos alunos no curso

4.12 Titulação conferida em diplomas – Bacharel(a) / Licenciado(a) / Tecnólogo(a) em (Nome do curso)

OBSERVAÇÃO: É muito importante que esta informação seja complementada com uma justificativa que contemple os aspectos requeridos pelo *Indicador 1.20 da Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG, relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente (e tutorial, na modalidade a distância) e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa (esta última, quando for o caso).

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Essa é uma parte muito importante do PPC, pois expressa em que valores científicos, humanos e sociais o curso se assenta e persegue em seu desenvolvimento formativo. Princípios são pressupostos que definem as regras pelas quais o curso deve se orientar. No PDI estão elencados os princípios institucionais estabelecidos pela UFC. É oportuno observar tais elementos, a fim de que os princípios do curso estejam alinhados com os da instituição à qual pertence. Não pode faltar, no texto do Projeto Pedagógico, a indicação de que o curso contempla, como princípio, o respeito às diferenças e à diversidade humana. É importante que se reforce o esforço do curso em combater a indiferença, a discriminação, o preconceito, a injustiça e os rótulos em relação a todo e qualquer indivíduo. É bom ressaltar que o respeito às singularidades transcende o respeito às deficiências. Recomenda-se apoiar a elaboração desse princípio na Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015) e em outras referências elencadas no final desse documento. A forma como está disposto o texto no PDI também precisa ser observada para a construção dessa parte do PPC. Primeiro, apresenta-se o princípio e, em seguida, o descreve.

6. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso (geral e específicos) devem estar postos de forma objetiva e direcionada. É muito importante que eles estejam coerentes com os seguintes pontos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional. O texto que apresenta os objetivos precisa mencionar essa coerência e os próprios objetivos devem contemplar o que se pôs no item do perfil profissional do egresso e nos conteúdos dos componentes curriculares. As DCN do curso também devem ser consideradas para a elaboração desse item.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item seja exposta, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.2 da Dimensão 1 do IACG*. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Aqui, é importante que sejam descritas as características do profissional que o curso pretende desenvolver. É muito importante que esse perfil esteja coerente com os objetivos do curso e seja, comprovadamente, alcançado ao longo da formação.

Outro aspecto relevante, que era exigido pelo instrumento anterior, é o “mecanismo de acompanhamento do egresso”. Embora não tenha sido mencionado no atual instrumento, é importante considerar que, atualmente, as IES têm desenvolvido diversas maneiras de manter o vínculo com os egressos, pois se trata de uma maneira interessante de avaliar aspectos do curso, com projeções para melhorias. O egresso está em plena atuação profissional (ou não) e sua percepção das exigências da sociedade é um elemento bastante relevante para o curso considerar. Ademais, o egresso pode ser uma boa parceria para eventos e atividades acadêmicas do curso. A seguir, estão algumas ideias já desenvolvidas por algumas IES brasileiras no acompanhamento de seus egressos:

- Manutenção de cadastros atualizados dos egressos;
- Estabelecimento de canais de comunicação com egressos (virtuais, mala direta, ouvidorias etc.);
- Promoção de eventos com participação de egressos (palestras, seminários de abertura de cursos, relatos de experiências, convites para bancas de TCC);
- Pesquisa com egressos (questionários online);
- Apoio para criação e manutenção da Associação de ex-alunos;
- Criação do portal do egresso no site da IES;
- Permissão para o egresso ter acesso especial à biblioteca (perfil egresso);
- Criação de banco de talentos ou galeria com divulgação no site da IES.

As DCN do curso também devem ser consideradas para a elaboração desse item. Porém, recomenda-se que não seja uma cópia literal do que está expresso nas diretrizes do curso sobre esse ponto.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.3 da Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG, relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

O perfil profissional do egresso consta no PPC, está de acordo com as DCN (quando houver), expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

8. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL

Nesse tópico, são listadas as áreas em que o futuro profissional deverá atuar. Importante manter coerência com as DCN do curso, as quais devem ser consideradas para a elaboração desse item.

9. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização do currículo envolve diversos aspectos, tais como os elencados nos subitens dessa seção. É muito importante que, na definição dos conteúdos dos componentes curriculares eleitos pelo curso, nas metodologias de ensino e de aprendizagem e nas formas de acompanhar e avaliar a aprendizagem, estejam presentes elementos postos nos princípios norteadores e nos objetivos do curso. Os aspectos definidos anteriores a esse ponto configuram-se como marcos referenciais (o que se tem e o que se quer). Esse item do PPC deve expressar o “como”, ou seja, qual o percurso formativo que o curso vai oferecer aos discentes para, partindo do que se tem, chegar ao que se pretende.

No IACG, mais precisamente no *Indicador 1.4 (Estrutura Curricular)*, será avaliado se a estrutura curricular do curso contempla os seguintes aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), articulação da teoria com a prática, oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e elementos inovadores.

O texto deve não apenas mencionar esses aspectos, mas mostrar como estão presentes no Projeto Pedagógico. Por exemplo, quando mencionar o aspecto da flexibilidade, é importante apresentar os pontos da estrutura curricular que justificam e comprovam essa característica. Ressalte-se que a presença excessiva de componentes curriculares com pré-requisitos e um grande percentual de componentes obrigatórios na carga horária total do curso são elementos que caracterizam um currículo rígido.

É importante apresentar elementos que justifiquem a presença de cada um dos pontos avaliados no *indicador 1.4* do IACG. Dentre esses aspectos, atentar para a acessibilidade. De acordo com os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do SINAES, “[...] A acessibilidade é requisito legal no instrumento. Porém, ao compreendermos que é no projeto pedagógico que são alinhadas todas as questões do curso, onde a diversidade humana é atendida, o conceito de acessibilidade deve ser verificado de forma ampla, e não apenas restrita a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que o vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão”. Desse modo, o documento elenca seis tipos de acessibilidade que precisam ser contemplados pelos cursos de graduação. São eles: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. Como visto, o *indicador 1.4* do IACG exige a presença da acessibilidade metodológica. Este é um elemento que não pode deixar de ser considerado nessa seção, pois as opções feitas pelo curso que se referem aos conteúdos e metodologias de ensino e avaliação precisam contemplar formas que atendam ao requisito deste tipo de acessibilidade. Para uma maior segurança na

composição do texto que englobará esses elementos, recomenda-se buscar informações na Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui (E-mail: ufcinlui@accessibilidade.ufc.br. Sítio: www.accessibilidade.ufc.br).

No Anexo 2 deste arquivo, há um quadro contendo a descrição e as sugestões para atendimento de cada um dos tipos de acessibilidade, incluindo a metodológica.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.4 da Dimensão 1* do IACG, bem como pelas DCN dos cursos. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

A estrutura curricular, constante no PPC e implementada, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores.

9.1 Conteúdos curriculares

Para se ter clareza de quais conteúdos são mais afeitos à categoria de obrigatórios e optativos, recomenda-se observar as DCN do curso. Na elaboração do texto desse subitem é importante saber que os conteúdos curriculares devem permitir o desenvolvimento das competências e habilidades constantes nas DCN do curso ou estabelecidas pelo curso e, conseqüentemente, do perfil do egresso, considerando os aspectos descritos acima e mais os que são pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Não necessariamente deve existir componente curricular específico para cada tema desses. O ideal é que esses conteúdos possam ser tópicos que estejam presentes e se articulem com os conteúdos de componentes já existentes, enriquecendo-os e dando-lhes nova roupagem.

Ao apresentar esse item é necessário que o texto do PPC deixe claro que o curso está comprometido e reconhece a importância desses conteúdos para a formação do seu alunado. Espera-se que o texto traga uma boa articulação entre o desenvolvimento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) e os conteúdos curriculares. Não deve ser uma simples reprodução do texto da lei.

Outro ponto importante é mostrar que os conteúdos curriculares têm articulação com a pesquisa e a extensão. Um currículo que prima por essa articulação deve tratar a dimensão da pesquisa por meio de componentes curriculares que tragam

conteúdos voltados para o desenvolvimento do saber científico e da pesquisa científica na área. Para isso, é necessário ressaltar que os conteúdos curriculares envolvem teorias do conhecimento, métodos e técnicas de pesquisa na área, por exemplo.

Da mesma forma, deve-se apresentar a articulação com a extensão, sobretudo, em virtude do atendimento à Estratégia 7 da meta 12 do PNE que trata da Curricularização da Extensão e a *Resolução CEPE nº 28, de 1º de dezembro de 2017*, que regulamenta a “Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da UFC”.

O aspecto dos Conteúdos Curriculares é avaliado pelo *indicador 1.5* do IACG. Esse indicador avalia o grau em que os conteúdos curriculares atendem aos seguintes aspectos: o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, a diferenciação do curso dentro da área profissional e a indução ao contato com conhecimento recente e inovador. Em síntese, o texto do PPC deve se remeter a esses pontos enfatizando como eles estão presentes nos conteúdos curriculares.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.5* da *Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

Os conteúdos curriculares, constantes no PPC, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

9.2 Unidades curriculares, respectivos componentes curriculares e unidades acadêmicas de oferta

Unidades curriculares são áreas de conhecimento de cada currículo que congregam componentes curriculares afins. Têm função pedagógica, constituindo-se fórum específico de discussão dos problemas de natureza didática de determinada área do conhecimento. É importante que nesse subitem se elenquem as unidades curriculares do curso seguidas de seus respectivos componentes curriculares. Nesse mesmo quadro, pode-se apresentar a vinculação dos componentes curriculares com departamentos ou cursos. Para que haja planejamento em relação à oferta futura de cada um deles, assim como para que os mesmos sejam criados no sistema acadêmico

(SIGAA), solicita-se que seja apresentada a relação dos componentes por unidade acadêmica responsável pela sua oferta. Também é necessário informar a categoria do componente, se disciplina, atividade ou módulo. É importante que no momento da elaboração do projeto pedagógico seja discutida e acordada com as unidades a previsão de professores para cada componente curricular.

Considere-se neste ponto a possibilidade de se inserir a curricularização da extensão como prevê o Artigo 5º, Incisos I e II da Resolução CEPE nº 28/2017.

Ademais, quando há proposta de ofertas EAD (no todo ou parte dos componentes curriculares) de cursos presenciais, deve-se elaborar cada Plano de Ensino em articulação com o Instituto UFC Virtual. Nesse aspecto, recomenda-se atentar às disposições estabelecidas nos *indicadores 1.14, 1.15, 1.16, 1.17, 1.18, 1.20, 1.4, 2.2, 2.10, 2.11, 2.13, 2.14, 2.15, 3.14*, do IACG, e na "**Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**".

9.3 Integralização curricular

Deve-se apresentar o quadro da integralização curricular do curso, ou seja, a ordenação dos componentes curriculares por semestre, com a respectiva carga horária, pré-requisitos (somente quando necessários) e as equivalências (quando houver mais de um currículo em andamento no curso e quando for reconhecida a equivalência com componente curricular distinto, ofertado em outro(s) currículo(s) de curso(s) de graduação – maiores informações em: *Solicitações à COPAC e processos no SEI*, item 2.1.2, acesso em <https://prograd.ufc.br/pt/documentos-e-formularios/documentos-da-copac-coordenadoria-de-projetos-e-acompanhamento-curricular/mapeamentos-de-processos/>).

Ao informar a carga horária de cada componente curricular (disciplina/módulo/ atividade), é preciso detalhar, desse total, quantas horas serão destinadas à parte teórica e quantas à parte prática, EAD e extensão, sempre que houver. Para qualquer curso, é necessário e importante incluir a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, pois de acordo com o Decreto Federal nº. 5.626 de 22/12/2005, esta disciplina deve ser obrigatória para as Licenciaturas e cursos de Fonoaudiologia e optativa para os demais cursos.

Integralização Curricular										
Semestre:										
Código	Nome do Componente Curricular (em português e inglês)	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária EAD*	Carga Horária Extensão**	Carga Horária TOTAL	Carga Horária PCC ***	Pré-requisito(s)	Correquisitos	Equivalência(s)

* Para os cursos EAD, o preenchimento deste quadro deve ser observado com cuidado para que não haja sobreposição na contabilidade de carga horária dos componentes curriculares.

** Este item deve ser preenchido se houver a opção pela carga horária de extensão como definido no Artigo 5º, Inciso II da Resolução nº 28/2017.

*** Exclusiva para os cursos de **Licenciatura**. A carga horária total de Prática como Componente Curricular – PPC deve totalizar 400h. Ela pode fazer parte da carga horária Teórica, Prática, EAD ou extensão, sempre que a discussão/reflexão sobre a prática docente estiver presente no componente curricular.

Ainda em relação à integralização curricular, é necessário organizar a distribuição da carga horária do curso e informá-la claramente no Projeto Pedagógico, bem como os prazos para a sua conclusão. Para auxiliar nesta organização, apresentamos os quadros que seguem abaixo:

Distribuição da Carga Horária TOTAL do CURSO		
Tipo do Componente	Componente Curricular	Carga horária
Componentes Obrigatórios	Disciplinas obrigatórias (horas teóricas/ práticas/ EAD/ extensão)	
	Unidade Curricular Especial de Extensão *	
	Atividades Complementares	
Componentes Optativos	Disciplinas optativas	
	Disciplinas optativas livres ¹	
	Disciplinas optativas eletivas ² (se for o caso)	
<i>Ver como as diretrizes (CNE) do curso classificam esses componentes</i>	Estágio(s)	
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	
Total		

(*) Este campo deve ser preenchido se houver a opção do curso pela carga horária de extensão como definido no *Artigo 5º, Inciso I da Resolução Nº 28/CEPE/2017*.

Para fins de conferência dos totais atingidos no quadro acima, sugere-se adotar a *planilha* disponibilizada pela COPAC (aos cursos de graduação, por meio do Gabinete da PROGRAD, via grupos de emails institucionais), denominada “**Instrumento de verificação de cargas horárias da Integralização Curricular de PPC**” e composta por fórmulas automáticas para definição das cargas horárias totais, a partir das distribuições de horas de cada componente curricular previsto na Integralização.

Importante: Apenas quando definida a carga horária total do curso é que se poderá estimar o percentual acerca da carga de extensão. Maiores informações em: **Curricularização: Fluxograma de procedimentos para Curricularização da**

¹ **Não** deve compor o somatório TOTAL. Disciplinas livres, como o próprio nome diz, são de livre escolha, são aquelas que o aluno pode, ou não, escolher fora do elenco específico de disciplinas de seu curso, em outro curso da universidade. Portanto, qualquer código de componente que não seja parte do rol de obrigatórios e optativos do curso, ao ser cursado pelo aluno, será integralizado como “livre”. A respectiva carga horária é, necessariamente, parte da carga optativa do curso, portanto.

² Disciplinas Eletivas destinam-se a aprofundar um conhecimento específico, sendo de escolha pelo aluno dentro de um elenco de disciplinas desse tipo, apresentadas no projeto pedagógico do curso, podem caracterizar/definir habilitações ou ênfases.

Extensão e Curricularização da extensão nos cursos de graduação (acesso na página da COPAC, link [Documentos de Orientação](#)).

CARGA HORÁRIA POR SEMESTRE *	Informar o número de horas
Carga horária semestral mínima do currículo (Carga horária total do curso – excluída a carga horária obrigatória de Atividades Complementares, Estágios, Extensão e TCC – dividida pelo tempo máximo do curso em semestres)	
Carga horária semestral média do currículo (Carga horária total do curso dividida pelo número de semestres definidos para a integralização curricular – tempo padrão)	
Carga horária semestral máxima do currículo (Carga horária semestral média somada à carga horária semestral mínima)	

Prazos ³	Informar em semestres
Mínimo	
Médio	
Máximo	

* A carga horária semestral mínima e a carga horária semestral máxima calculadas poderão ser iguais ou maiores que os resultados obtidos na aplicação das fórmulas, considerando as especificidades das ofertas semestrais obrigatórias do currículo de cada curso. Informações segundo a *Portaria PROGRAD n° 31/2022, 20 de abril de 2022*.

9.4 Ementário e bibliografias

Neste subitem, devem ser apresentadas as ementas de todos os componentes curriculares que compõem a estrutura curricular do curso, bem como as respectivas bibliografias básicas e complementares.

Sobre a ementa, vale lembrar que ela é discursiva e resume o conteúdo do componente curricular. Os tópicos essenciais da disciplina devem ser apresentados sob a forma de frases nominais (frases sem verbo de ação) e não é necessário que os tópicos sejam elencados em itens. A redação é contínua dos tópicos, que ficam apenas separados por ponto.

O IACG atual não especifica o número mínimo de títulos das bibliografias. Entretanto, sugerimos os quantitativos do instrumento anterior. Para a bibliografia básica, listar o mínimo de 3 (três) exemplares de livros por componente (disciplinas, TCC e estágio). Para a bibliografia complementar, listar o mínimo de 5 (cinco) exemplares. É importante buscar a bibliografia mais atualizada e recomendável para cada componente, considerando a ementa a ser trabalhada em cada um deles e os

³De acordo com os limites definidos pela Resolução CEPE/UFC n°. 14, de 3 de dezembro de 2007 que dispõe sobre a regulamentação do tempo máximo para conclusão dos cursos de graduação. Atenção também para informações sobre integralização de cursos de grau bacharelado que constam na Resolução CNE/CES N° 2, de 18 de junho de 2007.

avanços da área do conhecimento. É importante também verificar se as obras não estão esgotadas e se compõem o acervo da biblioteca que serve ao curso.

Outro ponto que é necessário ser considerado é o que se apresenta no *indicador 1.18* do IACG. Nesse indicador é avaliado o grau como que o material didático descrito no PPC, disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pela equipe multidisciplinar (no caso de EAD) ou equivalente (no caso presencial), permite desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

De acordo com os Referenciais de acessibilidade, nesse aspecto “[...] *ressalta-se a importância de que as IES promovam a acessibilidade com relação ao acervo bibliográfico indicado para cada curso, para que os estudantes que necessitam de apoio especial possam se beneficiar do currículo em condições de igualdade aos demais estudantes*”. É importante que o PPC se refira a esse aspecto detalhando as formas como isso se efetiva no cotidiano acadêmico.

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O texto desse subitem deve informar em que consistirá o estágio, qual o seu objetivo dentro do curso, bem como definir as formas de acompanhamento e avaliação. Deve ser descrita qual a carga horária prevista, em que semestre ou semestres será ofertado. É importante lembrar que o estágio, como uma das atividades práticas, não deve ser relegado apenas ao final do curso e que necessita de acompanhamento da instituição e da empresa onde o aluno for exercer suas atividades. As diretrizes curriculares ressaltam a necessidade de essas atividades estarem distribuídas ao longo do curso e a importância da sua supervisão.

Caso o curso confira dois graus, Bacharelado e Licenciatura, não esquecer de explicitar as especificidades que caracterizam o estágio em cada tipo de formação. Para a elaboração desse tópico, é fundamental atentar para as determinações da *Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008*; da *Resolução CEPE/UFC nº. 32, de 30 de outubro de 2009*; da *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019* (para cursos de Licenciaturas); da *Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021* (para cursos de Tecnologia); bem como *Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007*, principalmente por determinar que *"Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário"*. É importante ainda descrever formas de acompanhamento e avaliação dos estágios.

<p>OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo <i>indicador 1.7 da Dimensão 1</i> do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:</p>
--

O estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária adequada, orientação cuja relação orientador/aluno seja compatível com as atividades, coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.

Nas licenciaturas, para o ponto do Estágio Supervisionado, há dois *indicadores* específicos que o avaliam: 1.8 (Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica) e 1.9 (Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática). Deve estar explícito o acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades de campo, ao longo do semestre ou ano letivo, com vivência da realidade escolar de forma integral, incluindo participação nos conselhos de classe e reuniões de professores. Deve ser descrita a relação entre licenciandos e docentes e supervisores na rede de educação básica, relação teoria e prática.

Há necessidade de explicitação da relação teoria/prática, assim discriminando: articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, embasamento teórico das atividades planejadas e desenvolvidas no campo da prática, reflexão acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal, produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelos *indicadores* 1.8 e 1.9 da *Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

1.8 - O estágio curricular supervisionado está institucionalizado e promove a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em conselhos de classe/reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da Educação Básica, mantendo-se registro acadêmico, havendo acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, e práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da Educação Básica.

1.9 - O estágio curricular supervisionado promove a relação teoria e prática e contempla a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos, a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este item é avaliado pelo *Indicador 1.11 da Dimensão 1* do IACG. Assim como para o estágio, aqui deve-se informar em que consistirá, como será realizado, qual a carga horária prevista para essa atividade, em que semestre será ofertado e suas formas de acompanhamento e avaliação.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.11 da Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

O Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Este item é avaliado pelo *indicador 1.10 da Dimensão 1* do IACG. Segundo a *Resolução N° 07/CEPE, de 17 de junho de 2005*, são consideradas atividades complementares: atividades de iniciação à docência; atividades de iniciação à pesquisa; atividades de extensão (*ver particularidades expressas no artigo 8º da Resolução CEPE n° 28/2017*); atividades artístico-culturais e esportivas; atividades de participação e/ou organização de eventos; experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas; produção técnica e/ou científica; vivências de gestão.

O acompanhamento e registro é responsabilidade da Coordenação do Curso, nos termos da *Resolução n° 07/CEPE/2005*. É necessário mencionar a carga horária das atividades complementares, bem como as atividades a serem consideradas pelo curso por meio de normatizações específicas, como define o artigo 3º da *Resolução n° 7/CEPE/2005*, bem como *Resolução CNE/CES n° 02, de 18 de junho de 2007*, principalmente por determinar que "*Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário*". Recomenda-se que o curso inclua como temas para seminários que contarão como atividades complementares discussões sobre o Projeto Pedagógico do Curso.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.10 da Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

As atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

13. EXTENSÃO

Nesse tópico, descreve-se a forma de curricularização da extensão adotada pelo curso. As ações de extensão, contempladas no *indicador 1.1* do IACG, estarão previstas e sistematizadas no currículo de formação do curso, mediante estabelecimento de carga horária obrigatória relacionada (conforme Resolução da UFC e Resolução do CNE), e podendo oportunizar revisões de Planos de Ensino de componentes curriculares. Maiores informações constam no documento norteador: "*Curricularização da extensão nos cursos de graduação*", disponível em *Documentos de Orientação* da página virtual da COPAC.

14. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO (para as licenciaturas e áreas da saúde) / ATIVIDADES DE TUTORIA

14.1 Atividades práticas de ensino para as Licenciaturas/áreas da saúde

Este item, *Atividades práticas de ensino para as Licenciaturas*, é exclusivo para os cursos de Formação de Professores. Tal como recomendado pela anterior Resolução CNE/CP nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002, considerada na atual *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*, os cursos de Licenciatura deverão destinar 400 horas de Prática como Componente Curricular - PCC. As orientações do CNE, consubstanciadas na Resolução citada há pouco, recomendam que a prática não se restrinja a um espaço isolado, desarticulado do restante do curso, mas que esteja presente desde o início da formação e que permeie todas as etapas do curso, sendo incorporada no interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares da formação e não apenas nas disciplinas pedagógicas. O objetivo é que as práticas como componentes curriculares (PCC) promovam a articulação das diferentes práticas ao longo do curso, numa perspectiva interdisciplinar. Neste tópico, recomendamos que seja explicitada a natureza das práticas como componente curricular, sua caracterização, carga horária, forma de organização e distribuição ao longo do curso, com a discriminação clara de qual conjunto de disciplinas corresponderá à prática como componente curricular. Devem estar previstas ou implantadas atividades práticas de ensino conforme as DCN da Educação Básica, da formação de professores e da área de conhecimento da Licenciatura.

Este aspecto é avaliado pelo *Indicador 1.24* da *Dimensão 1* do IACG (*Atividades práticas de ensino para licenciaturas - Obrigatório para licenciaturas*).

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos por este indicador. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

As atividades práticas de ensino estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura, em articulação com o PPC, estão presentes e relacionam teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.

Para os cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS, é importante registrar o item **Atividades práticas de Ensino para áreas da saúde.**

Este aspecto é avaliado pelo *Indicador 1.23 da Dimensão 1* do IACG (*Atividades práticas de ensino para áreas da saúde*).

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos por este indicador. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

As atividades práticas de ensino apresentam conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, com regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, permitindo a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), resultando no desenvolvimento de competências específicas da profissão, e estando, ainda, relacionadas ao contexto de saúde da região.

14.2 Atividades de Tutoria

É relevante destacar no PPC as atividades de tutoria promovidas pelo curso, sua concepção, modo de implantação e de atendimento às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. Essas atividades são avaliadas pelo *indicador 1.14* do IACG. É importante ressaltar que esse indicador avalia o quanto as atividades de tutoria (presencial e a distância) previstas/implantadas atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo e se são avaliadas periodicamente por estudantes e pela equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

De acordo com os Referenciais de acessibilidade, “*Essas ações consistem, muitas vezes, no acompanhamento, por parte de um tutor, da vida acadêmica do estudante. Experiências como essas tem demonstrado grande benefício não só para o estudante que necessita de apoio, mas também ao tutor, que é desafiado a desenvolver*

práticas colaborativas e o respeito às diferenças humanas". Atividades de tutoria que atendam esses estudantes podem ser uma boa estratégia para o desenvolvimento da autonomia na busca do conhecimento e no estabelecimento de hábitos de estudo e organização das rotinas acadêmicas.

É importante que neste mesmo item seja contemplado o *indicador 1.15* - Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. O PPC precisa deixar claro que os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria são adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, bem como que são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e que há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

A tutoria, inclusive, deverá ocorrer quando houver ofertas de horas EAD em cursos presenciais, observando-se os indicadores do IACG (*1.14, 1.15, 1.16, 1.17, 1.18, 1.20, 1.4, 2.2, 2.10, 2.11, 2.13, 2.14, 2.15, 3.14*), o que deve ser articulado também com o IUUVI – Instituto UFC Virtual.

15. METODOLOGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Esse item é avaliado pelo *indicador 1.6* do IACG. Procura avaliar o quanto a metodologia de ensino expressa no PPC e implantada no curso apresenta coerência com as DCN do curso e possibilita o desenvolvimento de conteúdos, as estratégias de aprendizagem, o contínuo acompanhamento das atividades, a acessibilidade metodológica e a autonomia do discente, articulando-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, sendo inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

Mais uma vez remete-se à acessibilidade metodológica. É muito importante que o PPC traga a descrição de propostas de diversificação metodológica que o curso se dispõe a realizar em razão da necessidade de atendimento especial de estudantes com deficiências. No quadro apresentado no Anexo 2, são identificadas na coluna "*Práticas e exemplos relacionados às IES*" algumas situações de uso de recursos e estratégias metodológicas que podem auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem e participação mais efetiva desses estudantes.

O texto, então, deverá apresentar a metodologia de trabalho a ser adotada para a dinamização dos processos de ensino e aprendizagem e dizer objetivamente como as atividades didáticas serão desenvolvidas no curso. É importante valorizar metodologias inovadoras, que não se restrinjam às aulas expositivas, e que, efetivamente, permitam o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação, bem como promovam a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática e a flexibilidade curricular.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.6* da *Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

A metodologia, constante no PPC (e de acordo com as DCN, quando houver), atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

Vale salientar que os aspectos avaliados no *Indicador 1.16 - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem* - devem ser inseridos também neste item.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.16* da *Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino - aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Caso o curso utilize Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA, aspectos relacionados a este item devem ser expressos no PPC. O *indicador 1.17* avalia o AVA.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.17* da *Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

O Ambiente Virtual de Aprendizagem, constante no PPC, apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

16. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Um dos princípios básicos da avaliação da aprendizagem é a transparência aos sujeitos avaliados dos elementos passíveis de avaliação, bem como seus mecanismos e instrumentos. Um ponto de destaque é que assim como é importante que os procedimentos metodológicos atendam à diversidade das necessidades dos estudantes, as práticas avaliativas devem ir na mesma direção, ou seja, precisam estar alinhadas à legislação atual acerca da acessibilidade. As formas diferenciadas de avaliar a aprendizagem devem estar detalhadas no PPC.

No texto referente a esse subitem deve-se dar conhecimento sobre a forma prevista de avaliação, descrevendo-a e quais instrumentos e procedimentos para avaliar os alunos serão utilizados. É preciso demonstrar coerência com a concepção definida nos Princípios Norteadores e nas Metodologias. Também explicitar a nota mínima exigida para aprovação, os critérios utilizados e o que será feito em caso de reprovação seja por nota ou frequência, nos termos do que se encontra estabelecido pelo Regimento Geral da Universidade e pela Resolução CEPE/UFC nº.12, de 19 de junho de 2008.

Cabe também ao curso referir qual a sua concepção (somativa ou formativa ou ainda as duas) de avaliação e o papel a ser desempenhado por docentes e discentes e os mecanismos e metodologias que serão postos em prática para promover a avaliação. É muito importante ressaltar como as formas de acompanhamento e avaliação adotadas contemplam os aspectos da acessibilidade.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelo *indicador 1.19 da Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

17. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

Nesse tópico, são especificadas as principais ações, instrumentos adotados e periodicidades de avaliação do curso e do PPC. Esse item é avaliado pelo *indicador 1.13* do IACG.

Apresentam-se os processos investidos na avaliação interna (avaliação institucional, da governança e as desenvolvidas pelo curso, por exemplo) e externa (Conceito de Curso, Enade e/ou outra desenvolvida por público externo à comunidade

acadêmica) e como são considerados, para aprimoramento contínuo do planejamento e da qualidade do curso.

Aqui, descreve-se como ocorre a autoavaliação institucional e como a mesma contribui, periodicamente, para revisão do PPC e proposição de inovações ao curso. Podem-se determinar as ações tomadas no curso, a partir dos resultados provenientes do “acompanhamento do egresso”, por exemplo. Ademais, evidencia-se como os resultados de avaliações internas e externas do curso são publicados para apropriação da comunidade acadêmica.

18. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

Tópico que possui relação, inclusive, com os indicadores da *Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial* do IACG.

18.1 Coordenação do Curso

O Coordenador de Curso é um gestor pedagógico que deve ter o compromisso com a melhoria da qualidade do curso, atuando nas dimensões didáticas, pedagógicas, administrativas e políticas, por meio do exercício da liderança democrática, desenvolvendo ações propositivas e proativas.

Nessa seção, deve-se colocar informações sobre o coordenador e uma síntese das ações implementadas e propostas para o curso.

18.2 Colegiado do Curso

O Colegiado é uma instância consultiva e deliberativa do curso sobre assuntos pedagógicos e curriculares. O texto desse subitem deve mencionar sua composição e as ações a serem desenvolvidas para a melhoria do curso.

18.3 Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante é uma instância consultiva do curso sobre assuntos pedagógicos e um apoio à Coordenação sobre os assuntos referentes ao PPC. *“O NDE de um curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.”* (CONAES, 2010).

A atuação do NDE é um critério levado em consideração na avaliação do MEC, por meio do IACG. O texto desse subitem deve mencionar sua composição e as ações a serem desenvolvidas para a melhoria do curso. Recomenda-se considerar a Resolução nº 10/CEPE, de 1 de novembro de 2012, que institui o NDE e orienta sobre as normas de funcionamento.

18.4 Integração com as redes públicas de ensino/ Integração do curso com o sistema local e regional de saúde-SUS

Nesse subitem devem ser apresentados os convênios existentes no curso e ressaltada sua importância para o desenvolvimento das competências e habilidades dos discentes. Esse aspecto é avaliado nos itens 1.21 (para as Licenciaturas) e 1.22 para cursos da área da saúde. Os avaliadores verificarão o quando as ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino, conforme as DCN estão previstos/implantados com abrangência e consolidação.

OBSERVAÇÃO: É muito importante que neste item sejam expostos, no texto, os aspectos requeridos pelos *indicadores 1.21 e 1.22 da Dimensão 1* do IACG. Para se obter a pontuação máxima no IACG relativo a este indicador, o avaliador deve observar que:

Para as Licenciaturas: Os convênios e ações promovem integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os discentes e para as escolas de educação básica, havendo ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

Para os cursos da área da saúde: A integração do curso com o sistema de saúde local e regional (SUS) está formalizada por meio de convênio, conforme as DCN e/ou o PPC, viabiliza a formação do discente em serviço e permite sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, considerando diferentes cenários do Sistema, com nível de complexidade crescente.

18.5 Apoio ao discente

Esse aspecto é avaliado pelo *indicador 1.12* do IACG e será observado de que maneira as ações de apoio ao discente previstas/implantadas contemplam ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

É importante que o texto referente a esse subitem descreva os programas e ações dessa natureza desenvolvidos pelo curso.

18.6 Gestão do curso e com base nos processos de avaliação interna e externa

A partir dos processos de avaliação interna e externa do curso, dentre outros aspectos, são apresentadas as propostas e planejamentos de gestão. Esse item é avaliado pelo *indicador 1.13* do IACG.

É importante ressaltar neste item como a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como

insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

É interessante que se descrevam as ações que concretizam essa demanda, bem como a periodicidade de acontecerem.

19 INFRAESTRUTURA DO CURSO

Nesse item, avaliado por meio dos indicadores da *Dimensão 3 – Infraestrutura* do IACG, é necessário que se apresente sinteticamente a infraestrutura que o curso dispõe (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, equipamentos, etc.) e recursos humanos (docentes e técnico-administrativos).

20 REFERÊNCIAS

Aqui deve constar a lista das referências que foram citadas e que fundamentaram a elaboração do PPC.

21 ANEXOS

Documentos citados no texto, tais como portarias de nomeação do Colegiado, NDE e outros do curso, podem ser colocados nesse item, a exemplo também dos documentos de Manual de Normatização de Atividade (Estágio/ TCC/ Atividades Complementares/ Extensão), os quais podem compor o próprio arquivo do PPC ou apresentar-se como documento próprio.

DOCUMENTO ORIENTADOR - ANEXO 1

DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO

Apresentação – Prática como componente curricular

Estrutura curricular e seus elementos

Instrumento de avaliação INEP/MEC 2017

Manual de Estágio da UFC

Orientações básicas para criação de componente curricular

Orientações sobre Regimento Interno NDE

Referenciais de Acessibilidade INEP/MEC 2013

Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Atividades Complementares

Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Estágio Supervisionado

Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Trabalho de Conclusão de Curso

Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Extensão

LEGISLAÇÃO

Acessibilidade a deficientes – Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

Atividades complementares – Resolução nº 07 – CEPE, de 17 de junho de 2005

Atividades complementares de cursos de tecnologia – Parecer nº 239 – CNE

Avaliação presencial para EaD – Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005

Bibliografia Básica e Complementar – Resolução nº 10 – CEPE, de 23 de setembro de 2013

Carga Horária Docente – Resolução nº 23 – CEPE, de 03 de outubro de 2014

Carga Horária Mínima e Integralização – Resolução nº 02 – CNE, de 18 de junho 2007

Carga Horária Mínima e Procedimentos para Integralização cursos da área de saúde – Resolução nº 04 – CNE, de 06 de abril 2009

Carga horária mínima para cursos superiores de tecnologia – Portaria nº 10 – MEC, de 28 de julho de 2006

Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia

Conceito de hora-aula – Resolução nº 03 – CNE, de 02 de julho de 2007

Curricularização da Extensão. Resolução CEPE n 28, de 1 de dezembro de 2017

Curricularização de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003

Curricularização de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008

Destinação de Carga Horária EaD – Portaria nº 4.059 – MEC, de 10 de dezembro de 2004

Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação

Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação na modalidade a distância – Resolução nº 01 – CNE, de 11 de março de 2016

Diretrizes Curriculares – Cursos Superiores de Tecnologia – resolução nº 03 – CNE, de 18 de dezembro de 2002

Diretrizes Curriculares – Educação Básica – Resolução nº 04- CNE, de 13 de julho de 2010

Diretrizes Curriculares – Formação de Professores Indígenas – Resolução nº 01 – CNE, de 7 de janeiro de 2015

Diretrizes Curriculares – Licenciaturas – Resolução nº 02 – CNE/CP, de 20 de dezembro de 2019

Educação Ambiental – Lei nº 9.795, de 27 de abril 1999

Educação Ambiental – Decreto nº 4.281, de 25 de junho 2002

Educação Ambiental – Resolução nº 02 – CNE, de 15 de junho de 2012

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução nº 01 – CNE, de 17 de junho de 2004

Educação em Direitos Humanos – Resolução nº 01 – CNE, de 30 de maio de 2012

Eixos temáticos – Relações Étnico-Raciais e Africanidades, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos, de 03 de junho de 2013 – Portaria nº 21 – PROGRAD/UFC, de 03 de junho de 2013

Estágio – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008

Estágio Curricular Supervisionado – Resolução nº 32 – CEPE, de 30 de outubro 2009

Formação de tecnólogos – Parecer nº 436 – CNE

LIBRAS – Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005

LIBRAS – Portaria nº 19 – PROGRAD/UFC, de 26 de novembro de 2009

Nova habilitação para graduados em Letras – Resolução nº 01 – CNE, de 18 de março de 2011

Núcleo Docente Estruturante – Resolução nº 01 – MEC/CONAES, de 17 de junho de 2010

Núcleo Docente Estruturante – Resolução nº 10 – CEPE, de 01 de novembro de 2012

Reprovação por Frequência – Resolução nº 12 – CEPE, de 19 de junho de 2008

Tempo Máximo para Conclusão de Cursos – Resolução nº 14 – CEPE, de 03 de dezembro de 2007

Unidades Curriculares – Resolução nº 07 – CEPE, de 08 de abril 1994

DOCUMENTO ORIENTADOR - ANEXO 2
ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE PLENA

ESPECTRO DA ACESSIBILIDADE	DEFINIÇÕES	PRÁTICAS E EXEMPLOS RELACIONADOS ÀS IES
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.
Acessibilidade arquitetônica (também conhecida como física)	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.
Acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica)	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.	É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos.entre outros.	Ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.
Acessibilidade instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).	Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.
Acessibilidade digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui os acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso a informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência.

Fonte: Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do SINAES, 2013